

Mariana Sousa
Bracarense

Um patrimônio de pedra e cal

Além de ter sob custódia um vasto acervo documental, cabe ao APM preservar o próprio edifício-sede, – uma construção datada de 1897, ano da inauguração da capital mineira –, que passou por inúmeras vicissitudes à espera de uma adequação definitiva às suas finalidades.

> A pesquisa e a análise histórica, estética, artística, formal e técnica de edificações proporcionam a compreensão do seu significado ao longo do tempo e a sua consequente valorização como patrimônio cultural. Considerando-se a cidade como um espaço de construção do sentido das práticas e representações de diferentes grupos, é possível atribuir significação, dentro da dinâmica social, às suas casas, ruas, praças, parques e demais espaços urbanos. A partir dessa premissa, o texto ora apresentado pretende tratar da trajetória de usos e intervenções na edificação onde está instalado o Arquivo Público Mineiro (APM).¹ Para tanto, foram obtidas informações por meio de pesquisa arquivística, iconográfica e bibliográfica, que privilegiaram os levantamentos empreendidos pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a fim de identificar seus diferentes processos.

A edificação localizada na Avenida João Pinheiro, nº 372, foi construída em 1897 – data de inauguração da nova capital e período da constituição do espaço urbano de Belo Horizonte. A cidade que se erigia fora planejada para substituir Ouro Preto como centro administrativo do Estado de Minas Gerais. A transferência foi motivada pelas limitações urbanas oferecidas pela capital anterior, a saber, ruas tortuosas, espaços irregulares, arquitetura colonial e economia decadente. A mudança foi marcada, ainda, pela transição da Monarquia para a República, período em que se buscava suprir as demandas colocadas pelo rearranjo das forças econômicas e políticas do Estado. A transformação foi vivida com entusiasmo pela elite mineira, que se reunia em torno do ideal da conciliação política.²

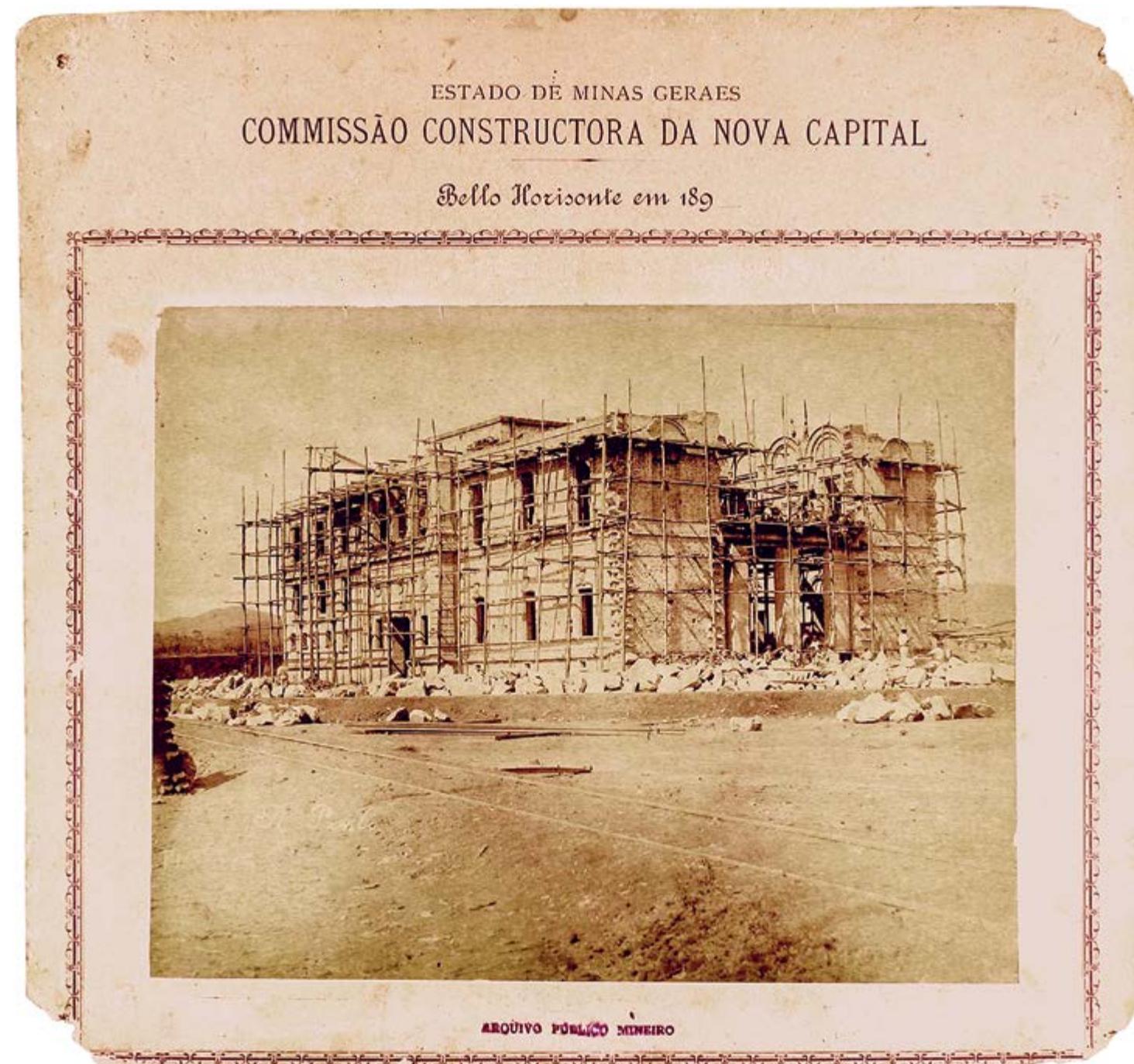
A Assembleia Constituinte que se reuniu em Ouro Preto para elaborar a primeira constituição republicana do Estado – promulgada em 15 de junho de 1891 – debateu, na seção de 30 de março daquele ano, as diretrizes a serem adotadas na construção da nova capital do Estado. Durante as discussões, na escolha

de sua localização foram consideradas cinco regiões: Paraúna, Barbacena, Juiz de Fora, Várzea do Marçal e Curral d’El Rei. A eleição, oficializada pela Lei nº 3, de 1893,³ foi embasada em relatório que ressaltou, entre outras variáveis, as características do terreno favoráveis a Curral d’El Rei. A partir dessa definição, formou-se a Comissão Construtora da Nova Capital, equipe chefiada pelo engenheiro Aarão Reis, responsável por elaborar e executar seu plano urbanístico.

A elite se moderniza

Em 14 de janeiro do ano seguinte, foi promulgado o Decreto nº 680, que autorizava a Comissão Construtora a desapropriar os terrenos ocupados, os prédios e as benfeitorias no perímetro estabelecido para a construção da nova cidade. A Planta Geral da Cidade de Minas – nome provisório atribuído à futura capital – foi aprovada pelo Decreto nº 817, de 15 de abril de 1895. O plano determinava a subdivisão da cidade em zonas, distinguindo, em especial, as zonas urbana e a suburbana, estabelecendo as diferenciações entre ambas e a sua separação por uma avenida de contorno. A zona urbana foi projetada com quarteirões e lotes regulares, ruas com 20m e avenidas com 35m de largura, nela se concentrando as habitações destinadas às classes de maior poder aquisitivo e status superior. A zona suburbana contou com quarteirões e lotes irregulares e ruas com 14m de largura, sendo destinada à habitação das classes subalternas.⁴

O projeto resumiu boa parte da cultura técnica e das preocupações estéticas do século XIX relativas às cidades. Seus autores denotam conhecimento do plano de l’Enfant para Washington,⁵ da reforma realizada por Haussmann⁶ em Paris e do plano de La Plata,⁷ que lhes eram contemporâneos. Essa relação não se deu com a simples transferência de modelos urbanísticos, mas pressupunha uma tentativa de atualização das antigas elites políticas à modernidade formal. Segundo Cristiano



Vista externa do Palácio da Liberdade em construção. Foto: Raimundo Alves Pinto. Belo Horizonte (MG), 11/11/1896. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretaria de Agricultura. SA-2-004(02).

Arrais, “essa adesão não significou abandono, ruptura com o passado, mas incorporação plástica daquele mundo social no ambiente hierarquizado das novas cidades”.⁸

Adepto do positivismo, Aarão Reis buscou estruturar sua proposta em sintonia com os avanços da ciência e da técnica de seu tempo. Para ele, o planejamento da cidade deveria obedecer às concepções modernas da higiene, conforto, elegância e embelezamento. A nova capital mineira, como sede do poder político, deveria expressar o novo Brasil que se construía com a República. Os aspectos simbólicos foram elementos ordenadores da implantação dos principais edifícios públicos, a exemplo do núcleo administrativo constituído pela Praça da Liberdade, dominada pelo Palácio do Governo e delimitada, nas laterais, pelas Secretarias de Estado. Essas edificações incorporaram estilo consonante com as tendências da época – arquitetura eclética com elementos neoclássicos e vocabulário ornamental de aparência afrancesada.

Para abrigar os funcionários públicos transferidos de Ouro Preto, foram construídas residências no núcleo administrativo. A região, que ficou conhecida como bairro dos Funcionários, contou com as chamadas *casas tipo*, que seguiram categorias que iam de A a F. “As primeiras serviam aos funcionários menos qualificados, as últimas eram palacetes destinados à cúpula do governo, as intermediárias abrigavam as demais classes de servidores.”⁹ As *casas tipo F* foram erguidas na Avenida da Liberdade – atualmente Avenida João Pinheiro – no intuito de servir de residência oficial a secretários de Estado. Essas edificações receberam o mesmo requinte e tratamento dispensados aos monumentos públicos.¹⁰

Eclético e requintado

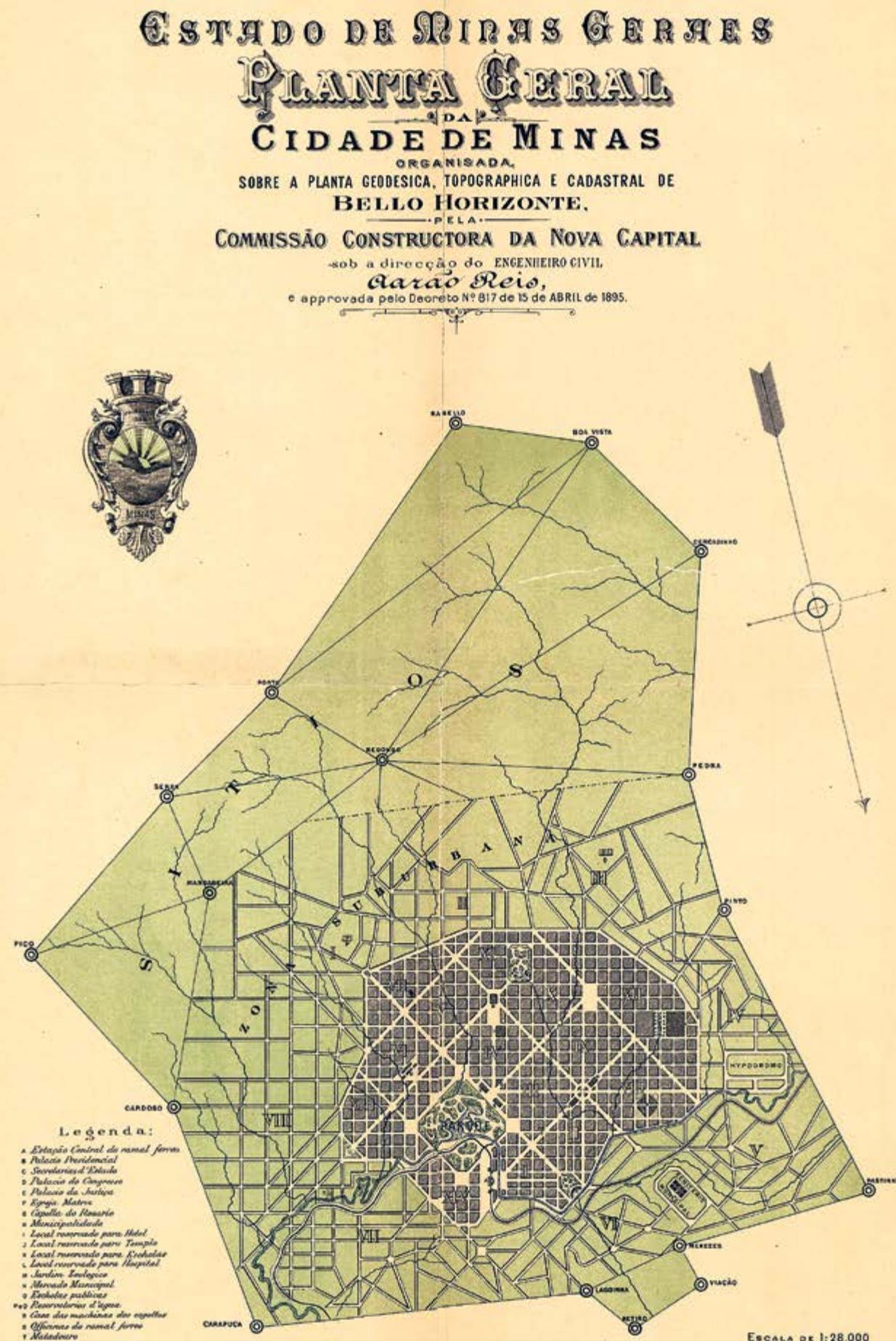
O prédio que atualmente abriga o Arquivo Público Mineiro se enquadra nessa tipologia arquitetônica e foi

inicialmente ocupado por David Morethson Campista. O então secretário de Finanças havia se graduado na Faculdade de Direito de São Paulo em 1883 e foi, sucessivamente, deputado na Assembleia Constituinte mineira, secretário de Agricultura e Obras Públicas durante o governo Afonso Pena em Minas Gerais, superintendente do Serviço de Imigração no governo de Crispim Jacques Bias Fortes, secretário de Finanças no governo de Silviano Brandão e deputado federal, quando atuou como defensor das políticas cafeeiras.

A edificação, a exemplo das demais encontradas em seu entorno no mesmo período, foi erguida em estilo eclético, marcado pela influência neoclássica, com um pavimento elevado sobre o porão apresentando escadas balaustradas, entablamento, fachada frontal com frontão, pilastras e ornamentos nas partes superiores junto ao coroamento. Ficava recuada do alinhamento da via pública com áreas frontais e laterais descobertas e arborizadas. A planta apresentava agenciamento simples. O partido inicial possuía corpo único retangular, com lado menor entregue à fachada frontal. O acesso lateral se dava pelo alpendre, seguido de salão de recepção, escritórios, dormitórios e outras dependências, dispostas ao longo de um corredor central. O salão de entrada distribuía toda a circulação, constituindo ponto central da edificação. As dependências eram iluminadas, comunicando-se com o exterior através das envasaduras.¹¹

No período em que foi residência do secretário de Finanças, o edifício passou por pequenas intervenções, com execução de serviços no jardim, reformas nas instalações hidráulicas e elétricas, instalação de para-raios, pintura e construção de muros divisórios. Em dezembro de 1910, a casa passou a abrigar provisoriamente a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Já em 9 de fevereiro de 1911, foi elaborado um projeto de ampliação do espaço, sendo acrescidos na parte posterior da edificação, de forma simétrica, dois salões, dois sanitários e área de circulação. A composição arquitetônica foi submetida à remodelação

Planta Geral da Cidade de Minas, aprovada pelo Decreto nº 817, de 15 de abril de 1895.
Autor desconhecido. Acervo Arquivo Público Mineiro, Coleção Arquivo Público Mineiro. APM – 098.

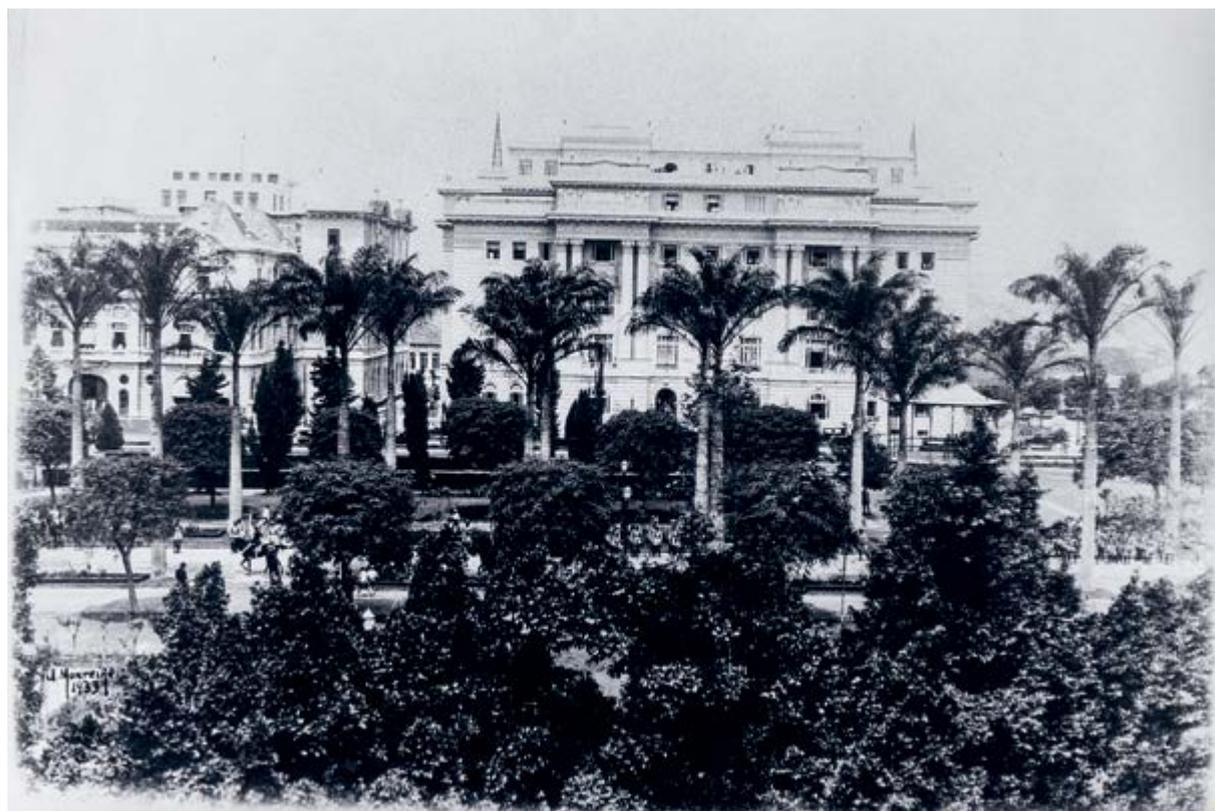


interna do edifício principal e as obras, realizadas pela firma Carneiro de Rezende & Cia. O acréscimo foi desprovido de grandes pretensões ornamentais nas fachadas, porém a forma dos vãos foi diferenciada, com verga em arco abatido. As esquadrias foram substituídas por venezianas com abertura para fora. O telhado recebeu pequeno beiral que se destacou das platibandas.¹²

Uma década depois, foi feita nova reforma para ampliação da edificação. Essa segunda intervenção desorganizou a estrutura básica do partido resultante das duas primeiras etapas construtivas. Foi acrescido um prédio ampliado, de volume retangular, no alinhamento lateral esquerdo, que avançava para frente

do primeiro volume, deixando afastamento de 1,30m e aproximando-se da testada do terreno localizada na Rua Aimorés. A nova edificação seguiu a mesma linguagem do corpo principal. Houve um segundo acréscimo, incorporado pelo volume posterior no plano da fachada, que apresentou mesmo tipo de esquadria na abertura dos vãos e continuidade da cobertura. O volume contou com o mesmo padrão de cor da pintura das fachadas, esquadrias, ressaltos e detalhes ornamentais.¹³

Em 1938, a prefeitura deixou a edificação para ocupar o recém-inaugurado Palácio Municipal. A partir de então o palacete passou a abrigar o Arquivo Público Mineiro, instituição responsável pela guarda da documentação pública



Praça da Liberdade, ao fundo a Secretaria do Interior e a de Agricultura, Viação e Obras Públicas. Belo Horizonte (MG). Foto: J. Monteiro, 1933. Acervo Arquivo Público Mineiro, Coleção Municípios Mineiros. MM-078.



Secretaria do Interior – Belo Horizonte



Fachada do edifício onde funcionou a Secretaria do Interior até 1930. Belo Horizonte (MG). Foto: Gines Gea Ribera, sem data. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretaria de Agricultura. SA-2-001(03).

proveniente de órgãos do Poder Executivo da Capitania, Província, Estado e do Legislativo Provincial e Estadual. No momento da transferência, o APM reunia documentos datados desde o período colonial até o ano de 1935.

A instituição – criada pela Lei nº 126, de 11 de julho de 1895, contemporânea, portanto, à transferência da capital para Belo Horizonte – sinalizou a preocupação com um novo discurso histórico e o rearranjo da

estrutura de poder em Minas Gerais. Na segunda metade do século XIX, o cientificismo e o positivismo alcançaram grande difusão no Brasil. A valorização da memória dos heróis e dos grandes acontecimentos refletia uma concepção de história universalizante no âmbito da ideia de progresso. Junto com a República, surgiu a necessidade da transformação do pensamento através da reorganização da história nacional e da emergência de programas que tratassem da modernidade.



Construção da galeria de água na Rua dos Caetés esquina com Avenida Afonso Pena. Belo Horizonte (MG). Foto: Gines Gea Ribera, 1926-1931. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Olegário Maciel. OM-2-010(44). À direita: Irrigação de plantas das ruas. Belo Horizonte (MG). Foto: Gines Gea Ribera, 1929. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Olegário Maciel. OM-2-004(04).

O século XIX foi um momento privilegiado de advento da “história científica” e da valorização da memória não só no Brasil, mas em todo o mundo ocidental. Principalmente após a Revolução Francesa podemos perceber um crescimento significativo na criação de arquivos nacionais e museus que buscavam, ao mesmo tempo, guardar os objetos de memória e escrever uma história oficial que desse respaldo às novas relações de poder que estavam se constituindo no momento. A busca pela legitimidade era um problema concreto dos novos Estados e um meio recorrente de se construir essa legitimidade era a elaboração de um ideal de nação e de povo que tivessem um passado em comum, que teria como função promover a união do povo e o fortalecimento da nova nação.¹⁴

A criação de arquivos, a publicidade de seus documentos e a consolidação da História como um campo científico foram, portanto, mecanismos concebidos para favorecer a construção de um corpo de cidadãos que se identificasse com o novo sistema político e apoiasse a formação do novo Estado Nacional.¹⁵ De acordo com essa disposição, o Arquivo Público Mineiro teve, segundo a lei que determinou sua fundação, a atribuição

de preservar a memória do Estado de Minas Gerais. Foi, assim, encarregado de receber e conservar todos os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à administração, à história e à geografia, às manifestações do conhecimento científico, literário e artístico de Minas Gerais. Seria responsável, ainda, pelo recolhimento, guarda e classificação de pinturas, esculturas e mobiliário de valor artístico e histórico.¹⁶

Os recolhimentos

A constituição de seu acervo teve início com a recolha de documentos datados ainda do século XVIII, com a chegada a Vila Rica de Gomes Freire de Andrade – governador e capitão-general da Capitania do Rio de Janeiro e Minas Gerais – para administrar a área mineradora. À época, uma das primeiras ações de Gomes Freire foi reportar-se ao secretário de Governo da Capitania de Minas Gerais a fim de inteirar-se do estado da documentação administrativa. Ao perceber a necessidade de organização documental, o governador determinou, por provisão de 20 de março de 1736, a execução dessa tarefa por Antônio de Sousa Machado.¹⁷ O trabalho deu origem ao acervo que, cerca de um



Prefeitura de Belo Horizonte

Antiga sede da Prefeitura de Belo Horizonte, atual Arquivo Público Mineiro. Imprensa Oficial. Belo Horizonte (MG), 12/10/1927. Autor desconhecido. Acervo Arquivo Público Mineiro, Coleção Municípios Mineiros. MM-341(02).

século e meio mais tarde, foi incorporado ao projeto de criação do Arquivo Público Mineiro, apresentado à Câmara dos Deputados do Congresso Mineiro pelo deputado estadual Levindo Lopes. Tal documentação constituía-se do inventário dos livros, papéis e documentos da Secretaria de Governo da capitania.

Após sua criação, a direção do Arquivo Público Mineiro foi delegada a José Pedro Xavier da Veiga

e o acervo foi instalado em sua residência em Ouro Preto. Xavier da Veiga credenciou-se para o cargo por ter exercido diversificada atividade, do jornalismo à poesia e à história, contribuindo para a redefinição dos sentidos históricos de Minas Gerais. Em sua obra mais importante, *Efemérides Mineiras*, ele analisou a história de Minas desde os primeiros anos da ocupação portuguesa na região até a Proclamação da República. No ano seguinte à criação da instituição, foi lançada

a **Revista do Arquivo Público Mineiro**. O periódico possuía seções permanentes sobre biografias, letras e artes, publicando ainda documentos inéditos e vulgarizados, corografias, entre outros.

Tão logo se pôs à frente da instituição, Xavier da Veiga dedicou seus esforços a recuperar os documentos públicos que estavam em posse de políticos e servidores do Estado. Dessa forma, além do acervo da Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais, a documentação primitiva do APM contou com a reunião de documentos guardados em âmbito privado. Era costume arraigado entre funcionários do governo a retirada de documentos pertencentes às repartições a que serviram. “Toda vez que um político cumpria o seu mandato, ao entregar o cargo, levava consigo os documentos referentes ao seu período administrativo e essa documentação passava a fazer parte de um acervo familiar privado.”¹⁸

Um ano depois da morte de Xavier da Veiga, ocorrida em 1900, o Arquivo Público Mineiro foi anexado à Secretaria do Interior e transferido de Ouro Preto para a nova capital, Belo Horizonte. A instituição foi alojada em uma das salas do prédio da Secretaria, localizada na Praça da Liberdade.¹⁹ Nos anos seguintes foram observados problemas relativos à conservação do acervo, devido à falta de espaço para sua guarda. As dificuldades se avolumaram a partir de 1914, com o recebimento de papéis dessa mesma Secretaria e da Câmara Municipal de Sabará. Em 1922, o Arquivo Público Mineiro passou a ocupar mais três salões em um prédio localizado na Rua da Bahia, nº 1.863, compartilhado pela Junta Comercial, pela Primeira Coletoria do Estado e pelos arquivos da Secretaria de Finanças e da Secretaria do Interior.²⁰ Em 1938, o APM foi transferido para a edificação em que até hoje está instalado. Naquele momento, não foram empreendidas modificações necessárias à adequação e o prédio conservou sua feição geral. Porém, o grande volume de documentos acumulados nas décadas seguintes gerou a necessidade de expansão e modernização.

Adequações e improvisações

O Arquivo Público Mineiro, ao longo de sua história, vinculou-se administrativamente a diferentes órgãos estaduais: entre 1901 e 1964 foi subordinado à Secretaria de Estado do Interior, passando posteriormente ao controle do Gabinete do Governador até 1971, quando então foi incorporado à Secretaria de Estado da Educação. Em 1974, nova mudança: o Arquivo Público Mineiro passou a subordinar-se ao Gabinete Civil do governador, aí permanecendo até 1984, quando então se tornou Superintendência da Secretaria de Estado de Cultura.²¹

Ao longo desse período, a necessidade de espaço para guarda da documentação aumentou. Na década de 1970, foram iniciadas obras para construção de um novo edifício no terreno do palacete, onde, na primeira metade do século XX, existiam anexos destinados às casas dos empregados do secretário de Finanças. O projeto, do arquiteto Lúcio Amedée Perét, não integrou as duas edificações, sendo concebido e construído de forma independente. As obras do novo prédio, que contava quatro pavimentos, foram finalizadas em 1975. A edificação ocupou, no plano horizontal, 335m² da porção esquerda do terreno do Arquivo, que conta 2,249 mil m². A partir de então, o acervo documental do APM foi gradativamente transferido para o prédio anexo.

Em 7 de fevereiro do mesmo ano, o prédio antigo foi objeto do tombamento das fachadas, do volume e das duas salas frontais, por meio do Decreto Estadual nº 16.973. A edificação tombada ficou fechada por mais de 20 anos. Durante esse período, serviu de depósito do acervo. Segundo levantamento empreendido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, pouco depois, em 1979, foi elaborado um projeto de restauração, que não obteve recursos para sua execução. Somente em 1983, foi realizada uma reforma no telhado do velho casarão e, em 1985, o governo anunciou uma reforma de toda a edificação, mas a verba acabou por não ser liberada.²²



Aspectos da fachada principal do APM. Belo Horizonte (MG). Autor desconhecido. [1968-1972]. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Arquivo Público Mineiro. APM-5-003(03).
Abaixo: Restauração do APM. Foto: Eduardo Lacerda. Belo Horizonte (MG), 1974. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Arquivo Público Mineiro. APM-6-002(07).

[PT-04]

[J21]

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
de Minas Gerais — IEPHA/MG

Fundação

Rua da Bahia, 2.287 — Tel. 35-3290 — Belo Horizonte — Minas Gerais



Do Conselho Curador do IEPHA/MG
Ao Exmº Sr. Governador do Estado de Minas Gerais

Proposta para Tombamento do conjunto histórico arquitetônico, constituído pelo terreno, edifícios existentes e anexos do Arquivo Público Mineiro e seu acervo, de acordo com relação constante do processo.

Senhor Governador

Examinando a solicitação do Sr. Diretor do Arquivo Público Mineiro e pronunciamento da Assessoria de Estudos e Projetos, aprovado e encaminhado a este Conselho pelo Sr. Diretor Executivo do IEPHA/MG, referente ao tombamento do conjunto histórico arquitetônico, constituído pelo terreno, edifícios existentes e anexos e acervo daquele Arquivo, de acordo com relações constantes do processo e sua inscrição nos Livros do Tombo de Belas Artes (Livro II) e Histórico (Livro III), aprovamos inteiramente a medida e vimos propor a V.Exa. que a mesma seja efetivada através de Decreto, atendendo ao disposto no parágrafo único do artigo 5º do Estatuto desta Fundação, aprovado pelo Decreto nº 14.374, de 10 de março de 1972 e considerando ainda que o mencionado acervo contém bens sujeitos à proteção da Lei nº 5.741, de 8 de julho de 1971.

Aguardando as providências de V.Exa., prevaleço-me da oportunidade para renovar-lhe a expressão do mais elevado apreço.

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 1975.

José Joaquim Carneiro de Mendonça
Engº José Joaquim Carneiro de Mendonça
Diretor Presidente do IEPHA/MG

Ao Exmº Sr.
Dr. Rondon Pacheco
DD. Governador do Estado de Minas Gerais

Processo de tombamento estadual da sede e acervo do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte (MG), 21/01/1975. Acervo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha). PT-004.

[PT-04]

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO



F-1313 NEG 23

Fachada



F-1313 NEG 24

8-8-74

Fotografias anexadas ao processo de tombamento estadual da sede e acervo do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte (MG), 21/01/1975. Autor desconhecido. Acervo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha). PT-004.



Construção do prédio anexo do APM. Belo Horizonte (MG).
Foto: Eduardo Lacerda, 1974. Acervo Arquivo Público Mineiro,
Fundo Arquivo Público Mineiro. APM-6-001(42).

Em 1994, foram feitas obras visando solucionar os problemas estruturais e hidráulicos do imóvel. Em agosto de 1995, sob a responsabilidade da arquiteta Maria Beatriz Ribeiro Clímaco, foram restaurados os elementos arquitetônicos, instaladas novas redes elétrica e hidráulica. Pôde, então, ser implantado o sistema de informatização do órgão. Além dessas intervenções, o muro de divisa entre o Museu Mineiro e o Arquivo Público foi demolido, dando lugar a uma barreira física mais baixa, que incorporou as áreas externas e os jardins através de uma passagem com tratamento paisagístico semelhante. Os cômodos anteriormente ampliados ou subdivididos foram readaptados por meio da abertura de vãos, demolição de paredes e fechamento de algumas portas, modificando o fluxo entre os espaços. Além disso, foi

construída uma ligação entre o prédio antigo e o novo através de passagem interna.²³

No período de 25 de setembro a 26 de outubro de 1995, a edificação foi cedida à Casa Cor, evento realizado para apresentar tendências da arquitetura e da decoração. As intervenções que ocorreram para a montagem do espaço da exposição foram fiscalizadas pelo Iepha/MG para garantir sua reversibilidade. Na ocasião, o piso do alpendre, em mármore nas cores vermelho e preto, com fundo bege, foi substituído.²⁴

A obra iniciada em 1994 se estendeu, sendo finalizada em 1998. Entre as modificações implementadas encontram-se ainda a incorporação de um pequeno ambiente na lateral esquerda da edificação antiga, com acesso através da sala onde funciona a consulta acadêmica. As características do porão foram modificadas devido à alteração de seu uso, sendo ocupada pela Diretoria de Conservação e Restauo e uma sala de referência com computadores e leitoras de microfimes. Esses cômodos foram integrados “internamente através das circulações verticais: uma escada helicoidal localizada na recepção, dando acesso à sala de desinfestação de documentos e um elevador do tipo monta-carga, para acessibilidade de portadores de necessidades especiais”.²⁵

Ainda segundo levantamento empreendido pelo Iepha/MG, o piso original do porão, em ladrilho hidráulico, ainda presente em alguns ambientes, foi substituído por granito branco com acabamento polido e jateado, formando desenhos geométricos semelhantes aos do piso anterior. O piso externo, de tijolo queimado, foi assentado ao fim da obra a partir de projeto da paisagista Júnia Lobo. A cobertura também foi modificada na porção posterior da edificação, houve junção dos telhados, que foram acoplados, homogeneizando-se as telhas. Uma cobertura de policarbonato em estrutura metálica

foi colocada na circulação entre a antiga casa e o prédio de guarda do acervo.²⁶

No período entre 25 de abril a 6 de outubro de 1997 a equipe do restaurador Carlos Magno, da cidade de São João del-Rei, realizou intervenção nos elementos decorativos da edificação antiga. Os trabalhos de restauração compreenderam os forros em tela, as cimalkas em papel machê e a recuperação das pinturas decorativas das paredes. Na primeira sala, as prospecções feitas encontraram pinturas de molde, que foram limpas, reintegradas e mantidas como registro. Tais pinturas de molde serviram de modelo para a restauração das demais pinturas da sala. Na segunda sala foram encontradas pinturas elaboradas antes do barrado superior existente, porém a dificuldade de remoção das repinturas, o baixo percentual remanescente e o péssimo estado de conservação levaram os restauradores a manter a prospecção apenas como registro. A recomposição e reintegração do barrado superior foi, então, executada.

Em casa, de novo

Em março de 1998, alguns anos após a reforma, o edifício foi reaberto e o atendimento ao público foi transferido para a casa. O prédio novo funciona como anexo, guardando a maior parte do acervo do Arquivo Público Mineiro. A sede oferece salas para consulta acadêmica, consulta probatória e consulta cartográfica. No casarão funciona ainda a parte administrativa do arquivo, um laboratório de conservação e restauração de papéis e uma sala de referência com computadores e leitoras de microfimes.²⁷

Em setembro de 2008, outra interferência: foram iniciadas escavações e remoções de terra nos jardins do Arquivo, com a finalidade da construção de novo espaço de sociabilidade do Circuito Cultural Praça da



Inauguração do prédio anexo do APM. Belo Horizonte (MG).
Autor desconhecido, 12/03/1975. Acervo Arquivo Público Mineiro,
APM-6-003(04).

Liberdade, sendo esse espaço atualmente ocupado por um restaurante. Obra polêmica, tal intervenção ocorreu abaixo do nível do terreno, com o objetivo de evitar conflito ou sobreposição entre a nova edificação e os prédios históricos do conjunto, que também inclui o Museu Mineiro.

Desde 1994, a Lei nº 11.726, de 30 de dezembro, estabeleceu que a implementação e o acompanhamento da política estadual de arquivos, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, passariam a ser coordenados pelo Arquivo Público Mineiro. Essas ações envolvem a produção, classificação, avaliação, destinação, acesso, difusão e preservação dos arquivos da administração estadual em sua fase corrente, intermediária e permanente.





Área de guarda do Acervo Cartográfico e Laboratório de Conservação de Documentos do APM. Belo Horizonte (MG).
Fotos: Pedro de Brito Soares, 02/1998. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Arquivo Público Mineiro. APM-11-024(03 e 04).

Laboratório de Conservação de Documentos do APM. Belo Horizonte (MG). Fotos: Pedro de Brito Soares, 02/1998.
Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Arquivo Público Mineiro. APM-11-024(05 e 06).

Legislação mais recente também estabelece normas em relação aos arquivos privados de interesse público e social. Contudo, a implementação dessas funções arquivísticas encontra-se gravemente comprometida em razão de uma preocupante insuficiência de que tratamos acima, neste artigo: desde 1975, não há expansão ou construção de novas áreas de depósito no Arquivo Público Mineiro. Esse descaso será cobrado pelas gerações futuras, pois, devido à impossibilidade de planejar novos recolhimentos, elas podem vir a ser privadas de preciosa documentação sobre Minas Gerais, principalmente aquela produzida da segunda metade do século XX em diante.

RESUMO | O artigo apresenta um estudo sobre a edificação que desde 1938 abriga o Arquivo Público Mineiro (APM). Intenta-se, a partir da observação de seus usos, traçar um histórico das intervenções no edifício, suas particularidades técnicas e seu contexto no espaço da cidade de Belo Horizonte e do Estado de Minas Gerais em diferentes períodos.

ABSTRACT | The article presents a study of the building that, since 1938, has housed the Minas Gerais Public Archives (APM), seeking, by noting how it has been used, to trace a history of its changes, technical peculiarities, and its context within the city of Belo Horizonte and the State of Minas Gerais during different periods.

Notas |

1. Parte deste texto foi originalmente escrito em 2013, como estudo preliminar para instruir um projeto de intervenção no edifício-sede do Arquivo Público Mineiro, tendo a Escala Nacional – Arquitetura, Urbanismo e Engenharia como contratada, o Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais como contratante e o Circuito Cultural Praça da Liberdade e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico como fiscalizadores.
2. SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. Tradição e modernidade na construção da nova capital mineira: padre Francisco Martins Dias e os 'Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte'. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, v. 6, ano 3, n. 2, p. 117-136, dez. 2008. p. 117. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/ojs/index.php/cadernosdehistoria/article/view/120>>. Acesso em: 06/04/2015.
3. SILVA, Marisa Ribeiro. *História, memória e poder*. Xavier da Veiga, o arconte do Arquivo Público Mineiro. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. p. 120.
4. PENNA, Alícia Duarte. Belo Horizonte: um espaço infiel. *Vária História*, Belo Horizonte, n. 18, p. 102-106, set. 1997.
5. Plano para a construção da cidade de Washington feito por Pierre Charles L'Enfant. Seus desenhos previam uma cidade centralizada no Capitólio dos Estados Unidos, cruzada por avenidas diagonais nomeadas pelos topônimos dos Estados da Federação. Os cruzamentos dessas avenidas com ruas correndo num sentido norte-sul e leste-oeste seriam efetuados mediante rotatórias cujos nomes homenageariam grandes personalidades norte-americanas.
6. Georges-Eugène Haussmann foi, entre 1853 e 1870, prefeito do antigo Departamento do Sena, que incluía os atuais departamentos de Paris, Hauts-de-Seine, Seine-Saint-Denis e Val-de-Marne. Durante esse período, foi responsável pela reforma urbana de Paris, determinada por Napoleão III, e tornou-se muito conhecido na história do urbanismo e das cidades.

7. O plano de La Plata, na Argentina, teve como concepção urbanística a apresentação de uma malha urbana ortogonal cortada por diagonais e fechada por um anel circular. Valorizava as áreas verdes e possuía quarteirões com 120m.
8. ARRAIS, Cristiano Alencar. Belo Horizonte, La Plata brasileira: entre a política e o urbanismo moderno. *Revista UFG – Dossiê cidades planejadas na Hinterlandia*, ano XI, n. 6, jun. 2009. p. 63.
9. IEPHA/MG; REDE CIDADE. *Inventário de proteção do acervo cultural*. Complementação do inventário qualitativo dos prédios do Circuito Cultural Praça da Liberdade. Arquivo Público Mineiro e Jardins do Museu Mineiro. Belo Horizonte: Iepha/MG, 2005/2006. p. 171.
10. IEPHA/MG; REDE CIDADE. *Inventário de proteção do acervo cultural*, p. 172.
11. IEPHA/MG; REDE CIDADE. *Inventário de proteção do acervo cultural*, p. 172.
12. IEPHA/MG; REDE CIDADE. *Inventário de proteção do acervo cultural*, p. 172.
13. IEPHA/MG; REDE CIDADE. *Inventário de proteção do acervo cultural*, p. 172.
14. SILVA. *História, memória e poder*, p. 9.
15. SILVA. *História, memória e poder*, p. 34.
16. EQUIPE DE ELABORAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SIAAPM. Histórico do Arquivo Público Mineiro – Instituição cultural mais antiga de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/wfchannel/index.php?pagenum=4>>. Acesso em: 06/04/2015.
17. BOSCHI, Caio. Nas origens da Seção Colonial. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLIII, n. 1, p. 38-51, jan.-jul. 2007.
18. SILVA. *História, memória e poder*, p. 8.

19. Posteriormente a edificação abrigou a Secretaria de Educação. Atualmente é ocupada pelo Museu das Minas e do Metal.
20. PARRELA, Ivana. A lógica e o labirinto. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLIII, n. 1, p. 92-107, jan.-jul. 2007. p. 101.
21. MINAS GERAIS. *Guia do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura, 1993. p. 1-9.
22. IEPHA; REDE CIDADE. *Inventário de proteção do acervo cultural*, p. 10.
23. IEPHA; REDE CIDADE. *Inventário de proteção do acervo cultural*, p. 11.
24. IEPHA; REDE CIDADE. *Inventário de proteção do acervo cultural*, p. 11.
25. IEPHA; REDE CIDADE. *Inventário de proteção do acervo cultural*, p. 127.
26. IEPHA; REDE CIDADE. *Inventário de proteção do acervo cultural*, p. 173.
27. IEPHA; REDE CIDADE. *Inventário de proteção do acervo cultural*, p. 12.

Mariana Sousa Bracarense é doutoranda em História pela Universidade de Évora (Portugal). Mestre em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) tendo especialização em História da Cultura e da Arte pela UFMG. Atua como pesquisadora e consultora em patrimônio cultural. msbraca@gmail.com